

Torres Vedras: um Conselho Régio na preparação da conquista de Ceuta

Carlos Guardado da Silva¹

Introdução

Não foy ainda fallado a nenhum dos do meu Comsselho, e tenho determinado pera o São Joham, a Deos prazemdo, fazer ajuntamento de Comsselhos em Torres Vedras, honde emtemdo propoer este feito e determinar o termo certo em que, com a graça de Deus, hajamos de partir².

Por estas palavras, registadas pela pena do cronista Gomes Eanes de Zurara, manifestava D. João I aos infantes, antes da Quaresma, a sua intenção de reunir os conselheiros privados do Rei, em Junho de 1414, na vila de Torres Vedras, em dia de São João, data só por si justificável para que a Academia Portuguesa da História tenha elegido o dia de hoje para que aqui pudéssemos apresentar a nossa comunicação intitulada ***Torres Vedras: um Conselho Régio na Preparação da Conquista de Ceuta***. Trazemos um assunto sobre Torres Vedras, pois outro distinto não teria decerto a mesma pertinência, quando esta é a nossa primeira comunicação na Academia, decorridos três anos do nosso acolhimento, e quando a fazemos na qualidade de Académico Correspondente. Um tema local, que tem sempre relevo nacional quando envolve a figura do rei, e internacional, uma vez que esta reunião foi decisiva, como sabemos, na preparação da armada com destino à conquista da cidade magrebina de Ceuta.

Pretendemos pois, com este pequeno estudo, abordar alguns antecedentes da conquista de Ceuta, situando-nos no período da preparação da armada, particularmente relevante quando se comemora, no presente ano, o sexto centenário da conquista de Ceuta. Uma revisitação dos acontecimentos, com um olhar certamente focalizado no Conselho Régio de

¹ Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História, Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras. carlosguardado@campus.ul.pt ; carlos.guardado@cm-tvedras.pt .

² ZURARA, Gomes Eannes de - *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Cap. XXIV, p. 75.

Torres Vedras, procurando perceber este acontecimento na atuação geral do monarca.

A ideia da conquista de Ceuta

D. João I trazia em mente a realização da empresa de Ceuta havia seis anos³, desde pelo menos 1409, reforçando-o o conjunto dos acontecimentos que tiveram lugar nos anos que antecederam a conquista da praça magrebina, a 21 de agosto de 1415. Ao longo de quatro anos, a conquista seria pensada e planeada pormenorizadamente, exigindo da parte do monarca uma intensa ação diplomática, de que é testemunho o pedido de auxílio ao papa de Avinhão João XXIII, em 1411, o antipapa a quem Castela reconhecia legitimidade, para que obtivesse o apoio das ordens militares para a guerra contra os muçulmanos, num verdadeiro espírito de cruzada. Ação levada a cabo no mesmo ano que se firmara o acordo de paz entre Portugal e Castela, em 31 de Outubro⁴, em Ayllón (Ayton-Segóvia), que punha termo a um período de conflito de mais de quatro décadas entre os dois reinos. E no mesmo ano ou já em 1412, o soberano transmitira aos infantes o seu tão desejado intento⁵ de levar a cabo tamanha empresa contra a praça muçulmana de Ceuta⁶.

O planeamento exigiria a aferição das condições de desembarque na costa⁷, motivo real da realização da viagem realizada pelo Prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e pelo capitão do mar, Afonso Furtado, dissimulada pela embaixada à Sicília, ainda em 1412, com a missão oficial de irem junto da rainha oferecer-lhe uma aliança de matrimónio com o infante D. Pedro. Uma viagem, portanto, de *espionagem*, assim qualificada por

³ “E quamto he ao que dizees que me torne pera meu rregno, pareçeme que assaz seria de grande mingua auer açerqua de seis annos, que amdo em este trabalho fazemdo sobre elle tantas çircustamçias como sabees, pollas quaaes o mundo esta com as orelhas abertas pera ouuir a fym da uitoria, e leixallo assy agora pareçeme que nom sera outra cousa senam huñ escarnho». ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. LXIII, p. 185.

⁴ Monumenta Henricina. Vol. III. Coimbra : Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do infante D. Henrique, 1961. Doc. 125.

⁵ “Amigos, este dia foy sempre de mym mujto deseiado”. ZURARA, Gomes Eannes de - *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I.* Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Cap. XXVI, p. 79.

⁶ Acontecimento que marca o início da história moderna de Marrocos.

⁷ DUARTE, Luís Miguel - “África”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal.* Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 397.

Zurara, que tinha como principal fundamento e intenção *que elles devisassem a cidade de Cepta de todas as cousas que ante dissera*⁸.

As informações recolhidas em Ceuta foram apresentadas ao rei e aos infantes no paço de Sintra, tendo aqueles dois recorrido a uma maquete para melhor demonstrarem “quaes eram os lugares per homde a cidade podia receber combate”, tendo acrescentado o monarca, no final da explanação, que “muito lhe pareceo aquella cidade azada pera o que elle desejava”⁹.

Faltaria ao monarca, ainda, a consulta da rainha, D. Filipa de Lencastre, que recebeu entusiasticamente a ideia de os seus filhos se honrarem como cavaleiros ao serviço de Deus, o que a levou a pedir ao rei tal feito¹⁰, assim como o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, em encontro que foi encoberto por um episódio de caça dos infantes e do monarca em terras alentejanas.

E faltaria ainda a consulta dos privados do rei, aqueles que integravam o seu Conselho¹¹, acontecimento que tivera lugar na então vila de Torres Vedras¹².

O Conselho Régio de Torres Vedras

A reunião de D. João I com os seus conselheiros teve lugar não pelo dia de São João, como pretendia o rei, mas em vésperas das festas de São Tiago (25 de julho). Assim como “o dia em que sse esto ouue de começar [o Conselho Régio] era”, não “huña quimta feyra”, como refere o cronista, mas segunda ou terça-feira, dia 23 ou 24 de julho respetivamente, uma vez que no dia 21, sábado, o rei se encontrava em Sintra, de onde sairia para Torres Vedras, e, na quinta feira, dia 26, já se encontrava em Lisboa¹³.

Seguindo a sugestão de Nuno Álvares Pereira, D. João I convocou um conselho restrito, não para aconselhamento “nos grandes feitos e cousas de

⁸ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XVI, p. 51-54.

⁹ IDEM - *Ibidem.* Cap. XVIII, p. 59.

¹⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 175.

¹¹ Acerca das origens e do funcionamento do conselho régio, veja-se FREITAS, Judite A. Gonçalves de - “Conselho Régio”. *O Estado em Portugal : séculos XII-XVI : modernidades medievais*. Lisboa : Aletheia, 2011. p. 157-166.

¹² ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Capítulos XXV-XXIX.

¹³ MORENO, Humberto Baquero - *Os itinerários de El-Rei Dom João I: 1384-1433*. Lisboa: ICALP, 1988. p. 141.

que poderia vir grande dâmpno aa nossa terra”, como assim determinavam as *Ordenações Afonsinas*¹⁴, dentre as quais as condições de fazer guerra (ausência na *Chancelaria Régia* que marca presença na *Crónica da Tomada de Ceuta*), mas para comunicar a sua decisão, quando a fragmentação política se fazia notar no norte de África.

A reunião tivera lugar no Paço régio, ‘erigido’ a partir da última década do século XIII, por iniciativa de D. Beatriz, na vila torriense. O edifício situava-se no encruzilhada da rua dos mercadores e da *calçada a par dos paços d’El Rej* ou *calçada que uay pera Santa Maria do Castelo*, devido ao calcetamento da rua, aspeto urbanístico atestado pelos diplomas trecentistas, desde 1335, suficientemente relevante para ser mencionado na toponímia. No paço onde, duas décadas mais tarde, nasceria a infante D. Leonor, filha de D. Duarte, que viria a ser imperatriz da Germânia, por casamento com Frederico III, local de nascimento que a narrativa acerca do *Casamento e coroação do sereníssimo senhor imperador Frederico III e de sua augusta esposa Dona Leonor*, de cerca de 1467, omite¹⁵.

Para além do rei, a quem cabia a convocatória para a reunião, dos três infantes (D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro), bem como do escrivão da puridade, Gonçalo Lourenço [Gomide], e do escrivão da Câmara do rei, Gonçalo Caldeira, estiveram presentes, entre outros “senhores e fidalgos” que o cronista não nomeia¹⁶, o 8.º Conde de Barcelos D. Afonso de Portugal, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, o marechal Gonçalo Vaz Coutinho, o alferes João Gomes da Silva, o guarda-mor do rei Martim Afonso de Melo, bem como os mestres das ordens militares, cujo auxílio solicitara ao antipapa em 1411, designadamente D. Frei Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo, D. Frei Mem Rodrigues de Vasconcelos, Mestre da Ordem de Santiago, D. Frei Fernão Rodrigues de Sequeira, Mestre da Ordem de Avis, e D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo, Prior da Ordem do Hospital.

¹⁴ *Ordenações Afonsinas*. Ed. fac-simile da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Liv. I, tít. 59, p. 342.

¹⁵ NASCIMENTO, Aires A., ed.. e trad. do texto latino ; BRANCO, Maria João ; ROSA, Maria de Lurdes, colab. - *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha : Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Lisboa : Cosmos, 1992.

¹⁶“com todollos outros senhores e fidallgos que auiam de seer em aquelle Comsselho”¹⁶.

Composição do Conselho Régio, segundo Gomes Eanes de Zurara

O rei, D. João I

Infante D. Duarte

Infante D. Henrique

Infante D. Pedro

Gonçalo Lourenço [Gomide] - escrivão da puridade

Gonçalo Caldeira - escrivão da Câmara do Rei

O [8.º] Conde de Barcelos, [D. Afonso de Portugal]

O Condestável, D. Nuno Alvares Pereira (?) - Para além da sua presença no Conselho régio de Torres Vedras, referida por Gomes Eanes de Zurara, apenas aparece referido como membro do Conselho em uma ocasião e de forma não concretizada. Aquando das cortes de Coimbra de 1398, os fidalgos, no artigo 35 dos seus capítulos, pediram ao rei que o conselho tivesse sempre dois ou três dos seus, o rei respondeu que tal sempre se fez, e entre os até então conselheiros nobres incluiu Nuno Álvares Pereira¹⁷.

Mestre da Ordem de Cristo, [D. Frei Lopo Dias de Sousa]

Mestre da Ordem de Santiago, [D. frei Mem Rodrigues de Vasconcelos]

Mestre da Ordem de Avis, [D. Frei Fernão Rodrigues de Sequeira]

Prior da Ordem do Hospital, D. Frei Álvaro Gonçalves Camelo

Gonçalo Vasques Coutinho [1414]-(1417) - alcaide de Trancoso, fronteiro-mor na comarca da Beira e, finalmente, marechal, que tendo servido durante um longo período no serviço régio, para além de ser referida a sua presença no Conselho Régio de Torres Vedras de 1414, aparece episodicamente como conselheiro a 11 de janeiro de 1417, em carta que lhe confere poder e autoridade para repartir, doar e escambar as terras de Penaguião, Gondim, Armamar e Fontes, que anteriormente lhe haviam sido doadas¹⁸.

Martim Afonso de Melo (1399-1428) - Irmão de Gonçalo Vasques de Melo, conselheiro entre 1399 e 1403, que falecera antes de 11 de Março de 1410, e de Vasco Martim de Melo, o Moço. Gonçalo Vasques de Melo apoiou o Mestre de Avis durante o Interregno e participou nas Cortes de Coimbra. Por morte do pai, Vasco Martins de Melo, sucedeu-lhe na posse da quinta de Água de Peixes, termo de Alvito, sendo provido, em 1390, como alcaide de Évora. Em 1398, ascendeu a guarda-mor do rei, substituindo no ofício João Fernandes Pacheco, que partira para Castela, adquirindo, por doação, muitos bens deste. Aparece como membro do Conselho a partir de finais de 1399. Participou em diversos atos políticos de primeiro plano, tendo estado em Ceuta, onde chegou a ser indigitado para fronteiro na cidade, cargo que recusou.

¹⁷ Dados recolhidos em *HOMEM*, Armando Luís de Carvalho - "Conselheiros de D. João I". *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 267 [p.254-278].

¹⁸ IDEM - *Ibidem*. p. 260.

Zurara regista a sua presença no conselho régio de Torres Vedras. Morreu em inícios de 1432¹⁹.

João Gomes da Silva - (1412-1431) - Senhor de Vagos, foi partidário do Mestre de Avis em 1383-85, tendo participado nas Cortes de Coimbra. Depois foi provido no ofício de copeiro-mor e, mais tarde, no de alferes-mor (1399-1416). Foi o representante do rei português no tratado de paz de Ayllon, em outubro de 1411, aparecendo mencionado pela primeira vez, a 9 de março de 1412, como membro do conselho do rei, em carta de confirmação para si de todos os bens e terras de Aires Gomes da Silva. Em 1414, o seu nome constava da relação das “Moradias da Caza Real”, auferindo 28 400 libras. Em 1415 era ainda alferes-mor, tendo estado em Ceuta. Em 1419, foi novamente enviado a Castela para requerer a ratificação do Tratado de 1411, permanecendo como membro do conselho em 1431, quando uma carta datada de 14 de março lhe atribuía o privilégio da posse da quinta de Lanhelas, em Riba de Minho. Faleceu em 1444 ou 1445²⁰.

Ao tempo de D. João I integravam o seu Conselho, como no reinado do seu antecessor, indivíduos nobres de linhagem, clérigos e letrados laicos, sendo o número destes tendencialmente crescente. Se no início do seu reinado o monarca reuniu em Conselho todos os estamentos sociais (prelados, fidalgos, letrados e cidadãos), tendo escolhido e nomeado para o mesmo órgão um prelado, dois fidalgos, três letrados e quatro cidadãos²¹, em resposta à solicitação dos procuradores dos Concelhos apresentada nas Cortes de Coimbra de 1385, com o tempo esta composição alterar-se-ia de modo expressivo.

Naturalmente, a importância política que o Conselho Régio detinha provinha da sua intervenção no governo do reino, designadamente em questões para as quais era chamado a pronunciar-se, entre as quais a

¹⁹ IDEM - *Ibidem*. p. 265-6.

²⁰ IDEM - *Ibidem*. p. 262-3.

²¹ Em 1385, o núcleo de conselheiros mais próximos do monarca era composto por D. João Eanes, bispo de Évora, procurador de Mourão; dois fidalgos, Diogo Lopes Pacheco e Vasco Martins de Melo, três letrados, o doutor, Gil do Sem, o doutor João das Regras e Martim Afonso, e um cidadão escolhido pelas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora. Acerca das biografias destes Conselheiros, vejam-se COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I : o que recolheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 70-71; HOMEM, Armando Luís de Carvalho Homem - «Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I». Sep. da Revista da Faculdade de Letras. História. II Série, vol. IV, Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1987. p. 47 e ss. Elementos colhidos em FREITAS, Judite A. Gonçalves de - «a reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado?». In: SILVA, Carlos Guardado da, org. - *A Conquista de Ceuta : Conselho Régio de Torres Vedras*. Lisboa : Colibri : Universidade de Lisboa. Faculdade de letras ; Torres Vedras : Município, 2015. p. 54.

declaração de guerra e a feitura de paz, as relações externas, os negócios correntes do reino (justiça e leis) e administração do território, entre outras questões sensíveis.

Dada a natureza das questões discutidas em Conselho, os seus membros, bem como o escrivão da puridade ou secretário, oficiais da Câmara régia, presentes nas reuniões, deviam guardar sigilo acerca do conteúdo das reuniões.

Deste modo, a convocação do órgão e o seu modo de funcionamento dependia do monarca, uma vez que não existia qualquer regimento do mesmo. O próprio ordenamento jurídico não definia claramente a identidade jurídica e institucional do Conselho régio, a quem cabia, de modo singular, a primordial função de aconselhar o monarca na governação. No título “Dos conselheiro de el rey”²², As *Ordenações Afonsinas* (1446) invocam, porém, as características de probidade e fidelidade que devem reunir os conselheiros e a boa e sã experiência, razões que justificavam, per se, o exercício da dignidade de conselheiro apenas a homem com idade igual ou superior a 30 anos²³.

Eram, na sua maioria, “homens do Interregno”²⁴, que tinham apoiado o então regente Mestre de Avis, e dos quais, uma vez mais, o rei se rodeara não para a decisão da empresa, já tomada havia muito tempo, mas para a preparação da armada. Homens a quem o rei convocara para consulta, segundo os seus desígnios²⁵, em reunião, à qual presidia.

No conselho, quebrando-se o protocolo, tomou voz, depois do monarca, Nuno Álvares Pereira, para louvar o serviço de Deus²⁶ que a expedição representava. Facto que assegurava a bula *Eximie deuocionis* do papa João XXIII, de 20 de Março de 1411, que associava a D. João I as ordens militares na

²² *Ordenações Afonsinas*. ed. fac-simile da ed. da Real Imprensa da Universidade de Coimbra. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. L. I, tit. 58, p. 340-345.

²³ IDEM - *ibidem*. p. 340-345.

²⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho - “Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I”. *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. P. 241 [p.221-253].

²⁵ Sobre a evolução do conselho régio ao longo da Idade Média, veja-se FREITAS, Judite A. Gonçalves de - *O Estado em Portugal : séculos XII-XVI : Modernidades medievais*. Lisboa : Alêtheia, 2013. p. 157-166.

²⁶ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXVII, p. 81.

guerra santa contra os cristãos ou sarracenos inimigos do reino. Bula de cruzada que legitimava também a figura de D. João I no trono de Portugal e reforçaria o seu papel no quadro dos reinos ibéricos e da Cristandade, vinda do papa de Roma em pleno Cisma²⁷, o mesmo papa que o monarca português quase sempre apoiara.

O destino a seguir tornou-se conhecido na reunião, segundo Gomes Eanes de Zurara, tendo sido aventado pelo vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer, que tomara conhecimento dessa “muy grande cidade, rriqua e muy fermosa”, por informações de um criado que lá mandara para resgatar cativos²⁸.

²⁷ DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org. - *Monumenta Henricina*. Coimbra : Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: 1960. vol. 2, n.º 51, p. 98-99. Henrique V, rei de Inglaterra, por carta de 20 de Janeiro de 1415, autorizava a Álvaro Vasques de Almada a compra de 350 lanças para o serviço do rei de Portugal.

²⁸ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. IX, p. 27.

A preparação da expedição

A cidade-alvo da expedição já então se conhecia. Mas era necessário manter o nome da mesma em segredo. O condestável anuiu a expedição a Ceuta, sendo o destino conhecido apenas do rei, dos infantes, dos dois ‘embaixadores’, da rainha, do condestável, do escrivão da Puridade, Gonçalo Lourenço, e do escrivão da câmara do rei, Gonçalo Caleira, admitido no segredo, uma vez que o escrivão da puridade precisava da sua ajuda. Dez pessoas apenas guardariam segredo durante os mais de três anos que mediaram a primeira vez que o assunto fora afluído com os infantes e a paragem da expedição em Lagos, quando o destino da armada foi dado a conhecer aos participantes na mesma²⁹.

A manutenção do segredo e das dúvidas acerca do seu destino, bem como a continuação dos preparativos para a guerra exigiam, por vezes, manobras de diversão. Assim aconteceu, por exemplo, com Fernão Fogaça, então vedor de D. Duarte, que empreendeu uma embaixada com o pretexto de desafiar o duque da Holanda para a guerra, ainda que fundado numa queixa real (o frequente ataque aos mercadores portugueses pelos navios holandeses), *para melhor emcubrir o auimento da sua frota, porque todos teuessem em ello olho, e perdessem cuydado de emquerer a çertidom daquella uiagem*³⁰. Segredo nem sempre ocultado, deixando, por vezes, D. João I surpreso, como o episódio de um homem que se apresentou ao monarca com o desenho da praça de Ceuta, o qual, aparentemente, teve de negligenciar³¹.

²⁹ DUARTE, Luís Miguel - “África”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 398.

³⁰ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXVIII, p. 83.

³¹ IDEM - *Ibidem*. Cap. XXIX, p. 88.

A conquista da cidade, anunciada para o São João de 1415, exigia a preparação de uma armada, que caberia ao rei garantir³², tendo, segundo o cronista, fixado para a mesma um número desejável de barcos - 15 galés e 15 fustas³³ - cuja construção solicitaria às taracenas.

Ao almirante caberia a preparação dos seus homens, tendo começado os alardos por todo o reino, preparativos que duraram 18 meses³⁴. «O conde de Barcelos, D. Afonso, organizaria os de entre Douro e Minho; o infante D. Henrique, com os cadernos dos alardos e a colaboração de todos os coudéis e anadéis, vigiaria a contribuição das Beiras e de Trás-os-Montes», contingentes que embarcariam no Porto. D. Pedro juntaria os soldados da Estremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve, organizando o seu embarque em Lisboa³⁵, um papel crucial do infante, que continuaria na conquista da cidade, mas que o cronista silenciara, dada a má memória do antigo regente aquando da escrita da crónica, após Alfarrobeira. D. Duarte ficou com o governo do reino. Houve certamente dificuldades nos alistamentos que seriam, muitas vezes, forçados pelo monarca, como escrevera o cronista

³² A expedição teve o seu comando, apesar do papel secundário que Zurara confere ao rei face aos infantes D. Henrique e D. Duarte, protagonistas do tempo da escrita. Opinião diferente encontra-se em BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond - “El domínio português hasta 1580”. In: VILLADA PAREDES, Fernando, coord. general edit. - *Historia de Ceuta : de los orígenes al año 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009. p. 320: “la empresa fue, en la práctica, comandada por los hijos del rey, que el 23 de julio ya estaban en Restelo”.

³³ **Fusta** é uma embarcação a remos do tipo da galé, embora de menor dimensão, commummente designada de “fustalha”, sendo, por vezes, auxiliares das armadas constituídas por navios de maior porte. “Fustas são nauios de remos ligeiros de trinta e cinco remos [que] levão vinte e cinco ate trinta soldados brancos de guerra. Tres ou quatro falcoens; trinta remeiros”, pode ler-se *Nas Curiosidades de Gonçalo de Sousa* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Reservados).

³⁴ DUARTE, Luís Miguel - “África”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 398.

³⁵ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Cap. XXIX, p. 88.

castelhano, um judeu converso, Álvaro García de Santa Maria, nos anos 30 do século XV, sujeitando-os a *grandes penas*, uma vez que *los que non venían de su voluntad faziales venir presos*³⁶.

Ao longo do país, os fidalgos foram recebendo a convocatória régia, obrigando todo o reino a preparar-se para a guerra: limpavam-se armas, reuniam-se e calafetavam-se os navios, recolhiam-se velame, cordoaria, armas, moeda, panos e librés, vasilhame e mantimentos³⁷. Cozia-se biscoito, salgava-se carne e recolhiam-se outros mantimentos, preocupando-se “outros em correger nauios e aparelhar guarniçoões”³⁸, ao mesmo tempo que se concediam isenções e interditos³⁹.

Na cidade de Lisboa, o rei, D. João I, dirigiu a organização da armada e o seu apetrechamento em artilharia e armas⁴⁰.

A construção, a reparação e a guarnição dos barcos, bem como o equipamento, o armamento e as provisões para as tripulações e os soldados tinham lugar nas taracenas, do árabe *dar-sina´a*. ‘Tercena’ era o termo para estaleiro naval, o local onde se concertavam e construía as embarcações e onde se concentravam todas as actividades ligadas à construção e armazenamento naval. Aí se varavam os navios e galés para beneficiação, e outras embarcações, a céu aberto ou sob telheiros, a que aludem, muito provavelmente, as multiplas referências às casas das galés em Lisboa, desde D. Dinis. Dentre o casario, umas casas serviriam certamente para arrecadação enquanto outras para

³⁶ Apud BRAGA, Isabel Drumong; BRAGA, Paulo Drumond - *Ceuta Portuguesa : 1415-1656*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, 1998. p. 18.

³⁷ Cap. XXX.

³⁸ “huñs amdauam em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mantijmentos”. ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXX, p. 90.

³⁹ BRAGA; Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond - *Op. cit.* p. 18-19.

⁴⁰ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXIX, p. 89.

acolher diversos ofícios, servindo de apoio aos navios. A maior parte dos documentos refere *tercena* na forma do plural - *taracenas* -, apontando muito provavelmente para um conjunto, mas também para a diversidade das funções aí presentes.

Construções que tinham lugar, já desde o reinado de D. Dinis, se não do seu antecessor, nas novas taracenas, na Ribeira, no território da paróquia de São Julião⁴¹, junto ao *Caes da Oira*, tendo o monarca as [suas] *casas das gales de contra o mar*, cuja primeira referência data de 4 de junho de 1294. Num campo *a cabo dooyra*, que o concelho cedeu a D. Afonso IV, em 1352 para aí fazer taracenas para quatro galés, secavam os pescadores o pescado. Próximo, na casa das madeiras, criada no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), guardavam-se as madeiras para a construção naval, usadas nas taracenas, para a reparação e a construção das galés.

Junto das taracenas, ou integrando-as, encontravam-se ainda os armazéns, considerados distintos daquelas pela documentação, armazéns destinados à guarda dos produtos que seguiriam a bordo das galés. Muitos dos produtos transportados para Lisboa, necessitavam de armazenamento, nomeadamente o vinho e o pão, nome usado genericamente para cereal panificável, bem como o azeite, entre outros produtos. Para além da necessidade específica de espaço de armazenamento para produtos prontos a fornecer, a sua manutenção em armazens permitiria, em caso de necessidade, uma intervenção régia com o intuito de poder controlar os preços.

Na primeira metade do século XV, a arte portuguesa da construção naval era reconhecida internacionalmente, como parece testemunhar a presença massiva de especialistas

⁴¹ MENEZES, José de Vasconcelos e - Tercenas de Lisboa I. *Lisboa : Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1986. Ano 47, 2.^a série, n.º 16, 2.º Sem. 1986. p. 8.

portugueses no estaleiro de Filipe o Bom, duque da Borgonha, entre 1436 e 1445⁴².

Também próximo das taracenas, em consequência da sua localização, vinham-se instalar-se diversos mesteirais: em Vila Franca, uma rua da Lisboa medieval, situavam-se as fangas da farinha, numa referência clara à farinha para fazer biscoito, que os concelhos estavam obrigados a fornecer para sustento dos homens que tinham obrigação de servir na armada, durante seis semanas. Pois, defronte do Armazém, como referem os documentos de Trezentos, havia uma *casas del rei, em que ora sta o biscoyto*. Os homens de ofício naval ou afim procuravam habitar próximo das taracenas: entre eles, encontram-se o alcaide das galés (cargo que remonta ao reinado de D. Dinis) que morava a par da Ponte da Galonha; o fretador das naus, Estevão Eanes, morava, em 1364, na Rua do Morraz; o corretor João Anes morava, em 1368, na Judiaria Nova; João Bernal, capitão mor, morava, em 1369, na Picota, após o largo do Pelourinho; Sancho Sanches, o alcaide das galés, morava, em 1369, a par do curral do concelho; Gonçalo Tenreiro, capitão mor, morava, em 1375, na Rua Nova; Pedro Giraldes, tanoeiro, morava junto ao adro de São Francisco, em 1384; João Afonso, mestre dos calafates, morava na rua de Vila Franca, em 1395, e Domingos Eanes, escrivão das taracenas, morava junto ao adro de São Francisco, em 1384.

Qual a sua dimensão? O cronista silenciou-a, sendo apenas referidas 15 galés, o número impreciso de 4 ou 5 naus, por conta de um rico cidadão inglês, *a quem chamauam Momdo*⁴³. Sabemos,

⁴² DUARTE, Luís Miguel - “A marinha de guerra portuguesa”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 319.

⁴³ IDEM - *Ibidem*. Cap. L, p. 154.

porém, que a mando do rei, enviados portugueses correram os portos de Castela, Biscaia, Galiza, Bretanha, Inglaterra, Flandres e Alemanha para fretar os maiores navios⁴⁴ que achassem, espalhando-se a notícia da armada pela Europa.

Acerca do número de homens nada nos diz o cronista, nem tampouco dos ‘homens de armas’ e dos peões, assim como, mais tarde, já na conquista da cidade, apenas referirá 8 mortos em combate e 11 que a peste ceifaria, silenciando o povo tão caro a Fernão Lopes⁴⁵.

Os números referidos nas fontes são bastante díspares⁴⁶, situando-se entre os 190 e os 270 barcos, e entre os 33 500 mil e os 50 000 soldados. Parece-nos, porém, pertinente a referência a Rui Dias da Vega, um espião aragonês enviado a Portugal por Fernando aquando da preparação da expedição, que refere a tentativa de mobilização de 18 600 a 19 000 homens, dentre os quais 4 685 homens de armas vassalos do rei⁴⁷. Um número talvez mais realista, acima dos 18 000 homens, mesmo assim “extraordinariamente elevado” à escala da população portuguesa de então⁴⁸.

Mas para a organização da armada, D. João I teria de garantir moeda suficiente. Para a cunhagem de moeda, o monarca mandara recolher a prata e o cobre que pôde, obrigando os fornos

⁴⁴ IDEM - *Ibidem*. Cap. XXIX, p. 87.

⁴⁵ SOUSA, José Maria Cordeiro de - *Inscrições portuguesas de Marrocos*. Lisboa : Junta Nacional de Educação, 1953. p. 7.

⁴⁶ Acerca da disparidade dos números, veja-se BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond - “El domínio português hasta 1580”. In: VILLADA PAREDES, Fernando, coord. general edit. - *Historia de Ceuta : de los orígenes al ano 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009. p. 320.

⁴⁷ DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org. - *Monumenta Henricina*. Coimbra : Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: 1960-1974. vol. II, n.º 57, 132-146, 23 abril de 1415.

⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz - *Op. cit.* p. 180.

da Casa da Moeda, que já então se encontravam na Rua Nova a par da muralha dionisina⁴⁹, a laborar, de dia e de noite, sem, porém, lançar qualquer pedido, de modo a garantir o sigilo da empresa. Assim cunhara-se moeda de cobre e de prata de baixa lei, obtendo-se moeda para comprar *outras cosas para la armada*, atividade reforçada nos meses que antecederam a empresa, auxiliada pela promulgação de uma lei, em 3 de março de 1415, através da qual o monarca ordenava que apenas se pudesse vender, trocar, dar ou receber ouro ou prata nos câmbios do rei de Lisboa e do Porto⁵⁰.

Na casa da moeda, os moedeiros martelavam arduamente junto das fornalhas, já certamente sob o olhar do alcaide da moeda do rei, cuja primeira referência data da década de 70 do século XIV, encontrando-se documentada entre 1371 e 1388, ocupando então o cargo João Afonso⁵¹.

Com a aproximação da data da expedição a Ceuta, os preparativos da armada intensificaram-se, aumentando a azáfama em torno das teracenas, na ribeira, de que o cronista nos oferece uma descrição sucinta mas bastante viva dessa atividade, que então se intensificara de dia e de noite:

⁴⁹ Assim o testemunha uma carta de aforamento de umas tendas que o monarca tinha em Lisboa *a par da sua moeda e partem e entestam com a dicta moeda e com a rua Nova e com o beco da Judiaria...* DIAS, João José Alves, org. e rev. geral - *Chancelarias Portuguesas : D. João I*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006. Vol. IV, t. 2, n.º IV-431, p. 24. 1412, Julho 31.

O *Summario* refere, em 1551, a presença de uma porta, a ocidente da Rua Nova, denominada *porta da moeda*, na freguesia de São Julião. Parece-nos tratar-se de uma porta aberta na muralha fernandina, referida na *Perspectiva de Olissippo* de Jorge Bráunio, com o n.º 66, por *Porta que dicitur postigo da moeda*, e que julgamos poder corresponder à *Porta da(s) Taracena(s)*, porque a porta denominada da *Moeda* era especificamente a porta do edifício onde fabricavam a moeda, que se localizava perto daquela. Cf. OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de - *Lisboa em 1551 : Summario*. Lisboa : Livros Horizonte, 1987.

⁵⁰ *Odenações Afonsinas*. Lisboa, 1984. Vol. IV, p. 43-55.

⁵¹ ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv.1, fl.72v ; ANTT - *Colegiada de Santa Cruz dos Castelo*. m. 5, n.º 211; ANTT - *Mosteiro de Chelas*. m. 27, n.º 530 e m. 57, n.º 1130.

«E com esto era o feruor tam gramde no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all, porque huuns amdauam em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mantijmentos, outros em correger nauios e aparelhar guarniçoões, de guisa que ao tempo da necessidade nom sse achassem dalguuma cousa falleçidos. Mas primçipallmente era este trafego na cidade de Lixboa e do Porto, porque comuummente nom auia hi alguum que fosse liure deste cuydado, e tamta e tamanha era a rreuollta no corregimento destas cousas, que quamdo fazia tempo callado, claramente ouuiam o arroydo per muy gram parte dos lugares de Ribatejo.

E em uerdade era fremosa cousa de ueer, ca per toda aquella rribeyra jaziam naaos e nauios, nos quaaes de dia e de noute amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus fallçimentos. Doutra parte jaziam mujtos bois e uacas decepadas, e alli mujtos homens, huuns a esfollar e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnhem cuidado de abrir e sallgar as pescadas e caçoões e rrayas, e semelhantes pescados, dos quaaes todollos lugares em que o soll tijnha mayor assesego eram cheos. Os offiçiaaes da moeda, de dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos, per tall guisa que ajmda que hum homem braadamdo dissesse alguuma cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer emtemdido. E os tenoeiros nom eram pouco trabalhados em fazer e repairar as uasilhas

para os uinhos e carnes e outros mantimentos, alfayates e tosadores em aparelhar panos e fazer liurees de desuairadas guisas, cada huum segumdo lhas o senhor dellas mamdaua fazer, carpemteiros em emcaixar bombardas e troons e emderemçar todallas outras artelharias, as quaaes eram mujtas e grandes, cordoeiros em fazer guimdaressas e estremques e caabres e outra mujta cordoalha de linho, que faziam assy pera os nauios da terra como pera os de fora, ca todo se rrepayraua em este rregno”⁵².

Construíam-se galés e fustas e reparavam-se os barcos estrangeiros. Os carpinteiros encaixavam “bombardas e troons” e preparavam toda a restante artilharia, que seria grande e abundante. Os calafates, a quem competia vedar os cascos, as cobertas e os telhados dos navios, também assumiam a limpeza das algas e dos lodos dos cascos de modo a permitir aumentar a velocidade das galés, ao mesmo tempo que exigiam um menor esforço aos remadores.

O lugar de destaque dado aos calafates parece justificar os inúmeros privilégios alcançados, entre os quais o de servirem como galeotes, embora pudessem servir como petintais, com influência no próprio salário atribuído, diríamos hoje, em função do desempenho. Em 1413, a vereação do Porto estabeleceu-lhe os seguintes salários: *ao melhor, por dia, vinte reais e comer; ao não tão bom, quinze reais e de comer aos moços, oito reais*⁵³. Menor

⁵² ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXX, p. 90-91.

⁵³ DUARTE, Luís Miguel - “A marinha de guerra portuguesa”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 320.

salário auferiam os carpinteiros, entre os 13 reais para os melhores e os 12 reais⁵⁴.

Para a arte da calafetagem, exigia-se estopa em pedra, que seria embebida em pez ou breu, azeite, lenha ou carqueja (quando não tojo), esteiras, madeira e pregos, preferencialmente de cobre, uma vez que *antre as agoas e humidade conserva mays sua sustancia sem se corromper, nem criar ferrugem, e he tam forte e mays que o ferro*, mas também sebo, betume e chumbo, linho, algodão, esparto e palma⁵⁵. A seu lado, tanoeiros, alfaiates, tosadores e cordoeiros trabalhavam intensamente.

Os carneiros retalhavam vacas e bois, outros esfolavam-nos, salgavam-nos e guardavam a carne em tonéis. Pescadores e as suas mulheres salgavam as pescadas, cações e raias. Tudo se arrecadava nos armazéns, ao lado de remos, lemes, mastros, cordas, velas, carvão, salitre, armas e pólvora... E biscoito que, acompanharia o conduto, carne ou peixe, e o vinho, preferencialmente bom, para se poder “acrescentar”, isto é batizar. Mas também o queijo e a manteiga ou as leguminosas, com referência aos feijões e às favas⁵⁶. Todo este bulício fazia das taracenas um bairro à parte, com uma vida económica intensa, com salários e preços conjunturalmente diferentes, certamente sob o olhar do almoxarife, assessorado por um escrivão”⁵⁷.

Ao largo, os velhos observavam o bulício dos mesteirais, conjeturando o destino dos navios: Inglaterra, França, Castela, Nápoles, Sicília, Jerusalém, Bruges, Holanda ou, mesmo Avinhão,

⁵⁴ CRUZ, António - *O Porto nas navegações e na expansão*. Lisboa: ICLP, 1983. p. 36-37.

⁵⁵ OLIVEIRA, Fernando - *A arte da guerra no mar*. Lisboa : Academia da Marinha, 1983. p. 31.

⁵⁶ IDEM - *Ibidem*. p. 43-46.

⁵⁷ DUARTE, Luís Miguel - “A marinha de guerra portuguesa”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 321.

sede do antipapa. Todos especulavam, exceto Juda Negro, um trovador judeu servidor da rainha D. Filipa, que, ao escrever a um escudeiro do infante D. Pedro, Martim Afonso da Atouguia, as novas da corte, em *trova*, confidenciou que os mais experientes “entemdiam que elRey hiria sobre a cidade de Cepta”⁵⁸. Mas as dúvidas permaneciam na mente dos monarcas estrangeiros, tendo levado Castela e Aragão a enviar embaixadores a Portugal questionando o monarca português acerca dos seus desígnios. A resposta, reforçada depois por uma carta de D. Filipa ao rei de Aragão, seu sobrinho, tranquilizaria o reino vizinho.

Entretanto, chegavam a Lisboa estrangeiros em busca de aventuras, nomeadamente três fidalgos franceses e um barão alemão que trazia consigo 40 escudeiros.

Depois de ter passado três meses nas comarcas das Beiras e de Trás-os-Montes, D. Henrique dirigiu-se ao Porto. Na ribeira da segunda cidade maior do reino vivia-se o mesmo frenesim das taracenas de Lisboa: as estradas e os caminhos até aí enchiam-se de carros e animais de carga com armas e provisões provenientes das terras dos fidalgos. Ali chegavam arneses, lanças, madeiras, ferro, cordame, carne e vinho que o trabalho dos mesteirais transformavam ou armazenavam, cujo pagamento as gentes não veriam, pelo menos tão cedo. Por isso mesmo, os representantes do Porto, reclamavam o seu pagamento nas Cortes de 1439⁵⁹.

Do Porto, saiu uma frota de sete galés com seus capitães e um número incerto de naus, seguidos de navios pequenos, ao som

⁵⁸ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXX, p. 91.

⁵⁹ DUARTE, Luís Miguel - “África”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 405.

de trombetas e outros instrumentos. Juntar-se-iam às 8 galés armadas em Lisboa, tendo toda a frota fundeado em Belém⁶⁰.

Aquando do momento festivo do embarque, chegaram novas da doença da rainha, que não escapara à peste que, desde janeiro, grassava nas cidades de Lisboa e Porto⁶¹. A partida teve lugar em Belém, em dia de Santiago (25 de julho), santo padroeiro na luta contra os mouros.

Partiram em direção ao sul, num momento em que grassava a peste no reino, a mesma epidemia que ceifara a vida à própria rainha. No convento de Odivelas, recebeu a notícia de que não apenas D. Pedro e D. Henrique seguiam na expedição, mas também D. Duarte, o príncipe, e o rei, tendo mandado preparar três espadas guarnecidas a ouro, aljófar e pedras preciosas para cada um dos filhos. Gesto que prenunciava o sucesso militar da empresa, com o qual presentearia os seus filhos que seriam armados cavaleiros em combate contra o infiel, afinal o objetivo principal da expedição, relevado por Gomes Eanes Zurara, cuja credibilidade parece reconhecida⁶².

Era ainda o ideal de cavalaria medieval que estava presente, que empurrava os homens para a guerra em busca de fama e glória, modelo comportamental bem presente na corte de D. João I⁶³. Propósitos distintos, portanto, das tradicionalmente repetidas

⁶⁰ ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXV-XXXVI.

⁶¹ IDEM - *Ibidem*. Cap. XXXV, p. 109-110.

⁶² DUARTE, Luís Miguel - "África". In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 405.

⁶³ A este propósito, veja-se FIGUEIREDO, Albano António Cabral - *O ideal de cavalaria na crónica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Coimbra: [s.n], 1996. p. 20. [dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

explicações económicas, sociais e geoestratégicas⁶⁴. Pois muitos dos debates de que Zurara fez eco parecem melhor adequar-se ao seu tempo, ao tempo da escrita da crónica, do que ao tempo da conquista portuguesa da cidade⁶⁵, assim como os seus heróis que para esse tempo se projetaram, D. Duarte e D. Henrique, secundarizando a própria figura do monarca português. Por seu turno, a ação de D. Pedro, já então de maldita memória, foi silenciada quando não denegrida.

A isso se juntaria a procura de uma legitimidade para a nova dinastia, nunca conseguida desde 1385, e que o próprio acordo de paz conseguido em 1411, em Segóvia, não garantira, dada a menoridade do monarca castelhano, tendo ficado sujeito à ratificação de Juan II. Esta seria apenas conseguida em 30 de Abril de 1423, mas somente até 1434, e já depois da conquista da cidade do Magreb e após a ostentação do título de *Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*⁶⁶ pelo monarca português. Pois a paz perpétua entre Portugal e Castela só se conseguiria, depois de uma nova ofensiva diplomática que culminou, em 30 de Outubro de 1431, em Medina del Campo.

A expedição até Ceuta

A frota partiu de Lisboa, a 25 de julho de 1415, apesar do desagrado dos habitantes de Lisboa, que não culpavam o rei mas quem o aconselhara. O próprio rei chefiava a mesma, comandando as galés, enquanto o infante D. Pedro comandava as naus. A bordo, seguia a nobreza do reino e muitos estrangeiros, entre os quais um rico cidadão inglês que, tendo-se posto ao serviço do rei de Portugal, suportava à sua conta quatro ou cinco naus guarnecidas de archeiros e outras gentes.

⁶⁴ DUARTE, Luís Miguel - “África”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 394.

⁶⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz - *Op. cit.* p. 183.

⁶⁶ ANTT - *Chancelaria de D. João I*. liv. 3, fl. 187. 1416, fevereiro 8. Pub. MARQUES, João Martins da Silva, ed. - *Descobrimientos Portugueses : Documentos para a sua História*. Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, p. 563-564.

Os barcos dirigiram-se a Lagos, onde assistiram a uma missa rezada durante a qual Frei João de Xira foi autorizado pelo monarca a divulgar o destino da armada - Ceuta⁶⁷, ao mesmo tempo que anunciara a bula de cruzada, com a promessa de absolvição dos pecados e salvação das almas⁶⁸, “per uirtude de huia letera que o samto Padre outorgou a elRey nosso senhor ueemdo seu samto deseio”⁶⁹.

Depois, os barcos seguiram para Faro, onde esperariam durante uma semana, que os ventos faltavam. A 9 de Agosto, a armada largou novamente, tendo passado, de noite, o Estreito de Gibraltar. Ancorou em Algeciras, assustando a praça de Ceuta. As galés, as fustas e os barcos mais pequenos alcançaram a praia de Ceuta a 12 de Agosto. As naus seriam, porém, arrastadas para Málaga, devido a um denso nevoeiro e a fortes correntes.

Durante 13 dias, os Portugueses mantiveram-se frente à cidade, tendo-se perdido o efeito de surpresa. O rei voltou a reunir a armada, na Ponta do Carneiro, à entrada da baía de Algeciras, onde também voltou a ouvir o Conselho.

Em 21 de Agosto, os portugueses entravam pela porta da Almina, tomando uma cidade com um castelo que não era cercado da parte interior, num momento de enfraquecimento do poder da dinastia berbere Merínida, em que abundavam os problemas internos, agravados depois do assassinato do Sultão Abū ‘Inān (1359), acontecimento que punha termo ao sonho merínida de unificação do Magreb⁷⁰. Encetava-se então um período de lutas internas com o fortalecimento do poder dos vizires face ao dos sultões, assim como entre Merínidas e Nasridas⁷¹.

Conclusão

Em Ceuta, no domingo seguinte a 25 de agosto, a mesquita maior fora transformada em igreja para se celebrar a eucaristia e a tão esperada cerimónia: finalmente pôde D. João I armar solenemente os seus filhos cavaleiros cumprindo-se, deste modo, o objetivo maior da empresa, ao mesmo tempo que a vitória de Ceuta permitia reforçar e legitimar o reino e o primeiro rei da novel dinastia de Avis⁷², percurso iniciado anos antes em

⁶⁷ “sua emtemçom he com a graça do Senhor Deos hir sobre a cidade de Cepta”. ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. 52, p. 159.

⁶⁸ IDEM - *Ibidem.* Cap. LII-LIII.

⁶⁹ IDEM - *Ibidem.* Cap. LIII, p. 161.

⁷⁰ KABLY, Mohamed , presid. Et direct. - “Le XVe siècle-tournant”. *Histoire du Maroc : réactualisation et synthèse.* Rabat : Institut Royal pour la Recherche sur l’Histoire du Maroc, 2011. p. 374.

⁷¹ HITA RUIZ, José Manuel ; VILLADA PAREDES, Fernando - “Medina Sabta : 709-1415”. In: VILLADA PAREDES, Fernando, coord. general edit. - *Historia de Ceuta : de los origenes al ano 2000.* Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009. p. 239 e 242.

⁷² Exemplos disso podem colher-se, a título de exemplo, nas bulas de Martinho V *Sane charissimus*, que concedia a indulgência (MARQUES, João Martins da Silva, ed. - *Descobrimientos Portugueses : Documentos para a sua História.* Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944. Vol. 1, n.º 237, 4 de abril de 1418) e *Cum charissimus*, que autorizava o rei de Portugal a comprar armas, cavalos e mantimentos em todos os reinos de Espanha e da Europa para este fim, onde se pedia o concurso dos governantes estrangeiros (MARQUES, João Martins

Aljubarrota⁷³. Legitimidade que integrava o espírito de cruzada e que também o Papa de Roma certamente ambicionaria. Afinal, se Lisboa fizera D. João I rei⁷⁴, em consonância com a segunda maneira como se ganhava “el regno derechamente”, segundo *As Siete Partidas*⁷⁵, a conquista da cidade de Ceuta legitimá-lo-ia⁷⁶.

Segundo um documento posterior, a empresa de Ceuta custou ao reino 280 mil dobras. FARO, Jorge - *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 : subsídios documentais*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965. p. 66.

Fontes e Bibliografia

Fontes

DIAS, João José Alves, org. e rev. geral - *Chancelarias Portuguesas : D. João I*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006.

DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org. - *Monumenta Henricina*. Coimbra : Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: 1960-1974. vol. 2.

LAS SIETE PARTIDAS DEL REY DON ALFONSO EL SÁBIO : cotejadas com vários códices antiguos. Ed. Facsimilar da Real Academia de la História. Madrid: Imprenta Real, 1807. Tomo 2.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*. Lisboa, Livr. Civilização Editora, [s.d.]

da Silva, ed. - *Descobrimientos Portugueses : Documentos para a sua História*. Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944. Suplemento ao vol. 1, n.º 67, 4 de Abril de 1419).

⁷³ busquey com elles, manifesto he amtre o conhecimento de uos outros. E porque nosso Senhor Deos uerdadeiramente conhecia meu desejo, e com que temçom me mouia a rrequerer a dita paz, prouelhe por sua merçee de a trazer a esta fim que sabees, a quall cousa eu nom tiue nem tenho por menos uitoria, do que tiue o uemçimento da batalha rreal, na qual! se determinou muy gram parte de nossa duuida. ZURARA, Gomes Eannes de - *Op. cit.* Cap. XXVI, p. 80.

⁷⁴ a cidade que fez do Mestre um Rei. LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*. Lisboa, Livr. Civilização Editora, [s.d.], vol. 1, p. 325 ; vol. 2, p. 88; PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro - *Lisboa : a cidade de Fernão Lopes*. Lisboa, Ed. Colibri, 2014. p. 19.

⁷⁵ *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sábio: cotejadas com vários códices antiguos*. Ed. Facsimilar da Real Academia de la História. Madrid: Imprenta Real, 1807. Tomo II, p. 10-11.

⁷⁶ Ideia já avançada por Martia Helena Cruz Coelho. A este propósito, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz - *Op. cit.* p. 184-185.

MARQUES, João Martins da Silva, ed. - *Descobrimientos Portugueses : Documentos para a sua História*. Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944. Vol. 1 e Suplemento ao vol. 1.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de - *Lisboa em 1551 : Summario*. Lisboa : Livros Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Fernando - *A arte da guerra no mar*. Lisboa : Academia da Marinha, 1983.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Ed. fac-simile da ed. feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Liv. I.

ZURARA, Gomes Eannes de - *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Estudos

BRAGA, Isabel Drumong; BRAGA, Paulo Drumond - *Ceuta Portuguesa : 1415-1656*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond ; BRAGA, Isabel Drumond - “El domínio português hasta 1580”. In: VILLADA PAREDES, Fernando, coord. general edit. - *Historia de Ceuta : de los orígenes al ano 2000*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CRUZ, António - *O Porto nas navegações e na expansão*. Lisboa: ICLP, 1983.

DUARTE, Luís Miguel - “África”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1.

DUARTE, Luís Miguel - “A marinha de guerra portuguesa”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. - *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, [2003]. Vol. 1, p. 319.

FIGUEIREDO, Albano António Cabral - *O ideal de cavalaria na crónica da tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Coimbra: [s.n], 1996. p. 20. [dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

FREITAS, Judite A. Gonçalves de - “Conselho Régio”. *O Estado em Portugal : séculos XII-XVI : modernidades medievais*. Lisboa : Aletheia, 2011. p. 157-166.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - “Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos ‘privados’ de D. João I”. *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 221-253.

--- - “Conselheiros de D. João I”. *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 254-278.

MENEZES, José de Vasconcelos e - Tercenas de Lisboa I. *Lisboa : Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1986. Ano 47, 2.^a série, n.º 16, 2.º Sem. 1986.

MORENO, Humberto Baquero - *Os itinerários de El-Rei Dom João I: 1384-1433*. Lisboa: ICALP, 1988.

PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro - *Lisboa : a cidade de Fernão Lopes*. Lisboa, Ed. Colibri, 2014.

SILVA, Augusto Vieira da - *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. Vol. 2.

SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa : colibri, 2008. [2.^a ed. 2010]

SOUSA, José Maria Cordeiro de - *Inscrições portuguesas de Marrocos*. Lisboa : Junta Nacional de Educação, 1953.